



Conselho Nacional de Justiça

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 0004640-90.2011.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ LUCIO MUNHOZ

REQUERENTE : RAMON MARTINS TRAJANO

REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

ASSUNTO : TJCE - EDITAL 001/2010 - CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS DE NOTAS E REGISTROS DO ESTADO DO CEARÁ - MÉDIA FINAL - CANDIDATOS - FÓRMULA - CÁLCULO - VIOLAÇÃO - RESOLUÇÃO 81/CNJ - NOVO CÁLCULO.

Ementa: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO. 15 DIAS. RESOLUÇÃO 81/CNJ. MINUTA DO EDITAL. IMPROCEDENTE.

I – O normativo em foco erigiu a regra de que os editais somente poderão ser impugnados 15 dias após a primeira publicação. No caso em exame, indubitável a preclusão do prazo para impugnação dos termos editalícios, tendo em vista a publicação originária ter sido efetivada em 28/10/2010, ou seja, 10 meses antes da propositura deste procedimento.

II – No entanto, importante considerar que a minuta do edital veiculada juntamente com a Resolução nº 81/CNJ é de observância obrigatória na elaboração dos editais de concurso para o serviço notarial e de registro. Ocorre, todavia, que eventual desacordo do edital publicado com as normas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça deveriam ter sido impugnadas no prazo acima aventado, qual seja de 15 dias a partir da primeira publicação.

III – Improcedente.

RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo no qual o requerente pretende que o Tribunal de Justiça do Estado Ceará proceda a alteração do Edital do Concurso de Ingresso na Atividade Notarial e de Registro do Estado Ceará no que tange à fórmula utilizada para o cálculo das notas dos candidatos.

Alega que o edital não observou a minuta estabelecida pela Resolução nº 81/CNJ relativamente ao critério fixado para contabilizar as notas dos candidatos, atribuindo valoração à prova que deveria ser de caráter seletivo.

Colaciona decisão proferida por este Conselho na qual o i. Conselheiro Paulo Tamburini, respondendo à Consulta nº 3016-40, afirmou que *“a minuta oferecida como anexo da Resolução é taxativa em seus termos, podendo ocorrer eventuais hipóteses de necessidades especiais de adequações ou peculiaridades, que, entretanto, NÃO devem contrariar o conteúdo da Resolução nº 81/09/CNJ”*.

Propugnou pelo deferimento de medida liminar consubstanciado na iminência da publicação da classificação final dos candidatos, pleiteando, outrossim, a alteração da fórmula de cálculo da nota dos concorrentes. Pedido que restou indeferido ante a ausência dos requisitos estabelecidos no art. 25, inciso XI, no Regimento Interno do CNJ.

O requerente pleiteou a reconsideração da decisão liminar, mantida a decisão por seus próprios fundamentos.

Instado à manifestação, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através da Presidente da Comissão Executiva do Concurso Público para outorga de Delegação de Serviços Notariais e de Registro do Estado do Ceará, informa que o Edital do concurso em questão foi elaborado em observância às regras esculpidas nas Resoluções nºs 80 e 81 deste Conselho, bem como na minuta integrante dos aludidos normativos.

Relata que o certame foi dirigido com transparência e lisura em todas as suas etapas, respaldado pelo acompanhamento da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em continuidade, ressalva a situação de que o requerente deixou passar *in albis* o prazo para impugnação do Edital, o que acarretaria na preclusão da pretensão em análise. Colaciona, por fim, decisão proferida pela então Conselheira Morgana Richa, no PCA nº 2712-07, aduzindo tratar-se de questão análoga.

É o relatório. Passo a Votar.

A matéria versada nos presentes autos resume-se ao pedido de alteração da fórmula de cálculo prevista no Edital nº 001/2010, para atribuição de notas aos candidatos, considerada a inobservância pelo TJCE da minuta de edital estabelecida pela Resolução nº 81 do Conselho Nacional de Justiça.

A Resolução em comento que “*dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital*”, houve por bem fixar determinadas regras e critérios para o provimento das titularidades dos serviços notariais e de registro declarados vagos.

Dentre as definições assentadas, o normativo em foco erigiu a regra de que os editais somente poderão ser impugnados 15 dias após a primeira publicação. No caso em exame, indubitável a preclusão do prazo para impugnação dos termos editalícios, tendo em vista a publicação originária ter sido efetivada em 28/10/2010, ou seja, 10 meses antes da propositura deste procedimento.

No entanto, importante considerar que a minuta do edital veiculada juntamente com a Resolução nº 81/CNJ é de observância obrigatória na elaboração dos editais de concurso para o serviço notarial e de registro. Ocorre, todavia, que eventual desacordo do edital publicado com as normas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça deveriam ter sido impugnadas no prazo acima aventado, qual seja de 15 dias a partir da primeira publicação.

Aliás, não é outro o entendimento assentado por esta Corte Administrativa, cujos arestos seguem transcritos:

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - AUSÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DE MOTIVOS - ANULAÇÃO DE QUESTÕES OBJETIVAS - ESCLARECIMENTOS - IMPROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO - PROVA DE REDAÇÃO CLASSIFICATÓRIA – INSURGÊNCIA TARDIA - REGRAS DO EDITAL - CONCORDÂNCIA TÁCITA NA INSCRIÇÃO - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE – INDEFERIMENTO.

...

II. Sendo o edital a lei de regência do concurso, e não havendo insurgência no ato de inscrição, há concordância tácita do candidato com as normas do certame.

III. Procedimento de controle administrativo indeferido”.

(PCA 7706, Relator Conselheiro Mairan Maia)

Ementa: *PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO QUE DETERMINOU O ARQUIVAMENTO LIMINAR DO FEITO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.*

RETIFICAÇÃO DO EDITAL N. 01/2010. RESOLUÇÃO/CNJ N. 81. IMPROCEDENTE.

I – Conforme enuncia o art. 5º, § único da Res/CNJ n. 81 o edital do concurso somente poderá ser impugnado no prazo de 15 dias a contar da primeira publicação, preclusa a oportunidade no caso dos autos, considerada a divulgação do texto na data de 28/10/2010 e a autuação da presente medida em 04/03/2011, quando o requerente se viu prejudicado com a reprovação, a revelar ademais interesse meramente individual no beneficiamento da regra.

II – Recurso Administrativo conhecido e improvido.

(PCA 1087-35, Relatora Conselheira Morgana Richa)

A minuta tal como foi publicada, no que tange à forma de cálculo, não foi alvo de oposição de outros candidatos. Portanto, eventual hipótese de anulação ocasionará prejuízo muito maior aos demais concorrentes que se conformaram com as regras estabelecidas no edital.

Patente, portanto, a boa-fé da Comissão de Concurso, eis que em todas as etapas do certame participou a Corregedoria Nacional de Justiça, através de seus Juízes Auxiliares, dos rumos do concurso, dando ciência de todos os atos praticados.

Assim, como forma de garantir segurança jurídica dos atos praticados pela Comissão Executiva do Concurso Público para outorga de Delegação de Serviços Notariais e de Registro do Estado do Ceará, reputo ausente irregularidade a ser sanada.

Ante o exposto, julgo improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo em epígrafe e determino seu arquivamento, após as comunicações de praxe.

Brasília, 11 de outubro de 2011.

Conselheiro JOSÉ LUCIO MUNHOZ
Relator